Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Cabedelo

Lei nº 687 / 93

CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELLO – IPSEMC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CABEDELLO, Estado da Paraíba,

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELLO – IPSEMC – Autarquia Municipal, com personalidade jurídica própria, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Cabedelo, Paraíba.

Art. 2º- A presente Lei dá cumprimento ao disposto no artigo 40 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e ao que dispõe o artigo 90 da Lei Orgânica do Município de Cabedelo, de 05 de abril de 1990.

Art. 3º- O objetivo deste Instituto é assegurar aos servidores municipais os seguintes benefícios:

1. FUNCIONÁRIOS :

1. Aposentadoria;
2. Salário-Família;
3. Salário-maternidade;
4. Licença para tratamento de Saúde;
5. Licença à Gestante;
6. Licença por Acidente de Serviço;
7. Auxílio-Funeral;

2. DEPENDENTES:

1. Pensão;
2. Auxílio-Reclusão;
3. VETADO.

Parágrafo Único – São assegurados ainda aos servidores, os direitos previstos nos Artigos 89, inciso I e II, alíneas “b” a “m”, 90, 91 e 93 da Lei Orgânica do Município;

Art. 4º - O município manterá convênio, preferencialmente com instituição municipal de saúde e, facultativamente, com entidades públicas ou privadas para o atendimento médico-hospitalar dos servidores municipais.

Art. 5º - As aposentadorias concedidas aos servidores serão custeadas pelo IPSEMC.

Art. 6º - A pensão é devida aos dependentes do Servidor ativo ou inativo. O valor da pensão devida ao conjunto dos dependentes é constituído de uma parcela familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 03 (três).

Parágrafo único – O cônjuge ausente não exclui a companheira designada do direito à pensão, que só é devida aquele a contar da data de sua habilitação, e mediante prova efetiva dependência econômica, obedecidos os critérios deste Artigo.

Art. 7º - A cota da pensão se extingue:

1. Pela morte do pensionista;
2. Para o pensionista do sexo feminino, pelo casamento;
3. Para o filho ou irmão quando não sendo inválido, completar 18 (dezoito) anos de idade;
4. Para a filha ou irmã, quando não sendo inválida completar 21 (vinte e um) anos de idade;
5. Para o dependente designado do sexo masculino quando, não sendo inválido, completar 18 (dezoito) anos de idade, contrair matrimônio ou adquirir independência econômica;
6. Para o dependente designado do sexo feminino quando, completar 21 (vinte e um) anos de idade, contrair matrimônio ou adquirir independência econômica;
7. Para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.

Art. 8º - O auxílio-funeral é devido ao executor do funeral em valor igual ao vencimento base do extinto, mediante requerimento.

Art. 9º - O auxílio reclusão é devido após 24 (vinte e quatro) contribuições mensais, e nas condições dos artigos 6º e 7º desta Lei, aos dependentes do funcionário detento ou recluso.

Parágrafo 1º - O requerimento do auxílio-reclusão deve ser INSTRUÍDO com certidão do despacho da prisão preventiva ou sentença condenatória.

Parágrafo 2º - O pagamento é mantido durante a detenção ou reclusão do servidor, comprovada por meio de atestado trimestral da autoridade competente.

Art. 10º - A assistência financeira será prestada mediante a concessão de empréstimos para Saúde, educação e habilitação, dentro dos limites e condições pré-fixados no requerimento.

Art. 11º - Em conformidade com os Incisos I e II do artigo 3º desta Lei, fica garantido ao funcionário inativo ou seus dependentes, o pagamento de benefícios correspondentes aos valores globais da ativa, que estejam em pleno vigor, não podendo ser inferior ao salário mínimo vigente no País.

Art. 12º - Os efeitos financeiros desta Lei serão efetivados e o:

1. Os descontos do segurado a partir do mês seguinte à sua publicação;
2. A contribuição do Empregador na mesma data;
3. O requerimento de qualquer benefício 2 (dois) anos após a publicação do regulamento, exceto o auxílio funeral.

Art. 13º - Os servidores aposentados à conta do Tesouro Municipal, serão transferidos para o IPSEMC, 24 (vinte e quatro) meses após sua criação.

Art. 14º - Dentro do prazo de 90(noventa) dias a partir da data da publicação desta Lei, o Executivo Municipal baixará regulamento próprio, disciplinando as ações do IPSEMC, sua administração, forma de nomeação dos seus dirigentes e outras disposições indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 15º - O IPSEMC terá a seguinte estrutura básica:

1. Órgão Consultivo e Fiscal
 - a) Conselho Previdenciário;
2. Órgão de Direção Superior
 - a) Presidência
3. Órgãos de Direção e Execução
 - a) Diretoria Administrativa e Financeira;
 1. VETADO;
 2. VETADO;
 - b) Diretoria de Benefícios;

- 1. VETADO;
- c)VETADO;
- 1.VETADO;

4. Órgãos de Assessoria Superior

- a) Assessoria Jurídica;
- b) Assessoria de Informática;

5. Órgão de Apoio Administrativo

- a)Divisão de Serviços;

Art. 16º – O Conselho Previdenciário é composto por 7 (sete) membros:

Parágrafo 1º - São integrantes do Conselho:

- a) Presidente do IPSEMC;
- b) Um Representante do Poder Executivo Municipal;
- c) Um Representante do Poder Legislativo Municipal;
- d) Um Representante dos Servidores inativos do Município;
- e) Um Representante dos servidores efetivos do Município;
- f) Um Representante dos servidores inativos do Legislativo Municipal;
- g) Um Representante dos servidores efetivos do Legislativo Municipal;

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho não perceberão remuneração a qualquer título, sendo considerado os serviços como de alta relevância para o Município.

Art. 17º - O cargo de Presidente é de provimento em comissão e seu ocupante possuidor de comprovado conhecimento técnico necessário à sua área de atuação, detentor de curso superior de graduação em Direito, Administração, Economia ou Ciências Contábeis e será nomeado pelo Prefeito, após ter seu nome aprovado por maioria absoluta da Câmara Municipal;

Art. 18º - O patrimônio do IPSEMC será constituído de:

- I) Bens que lhe foram transferidos pelo Poder Público, Estadual ou Federal;
- II) Dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinadas pela União, Estado e Município ou por suas respectivas autarquias, empresas, sociedades de economia mista ou organismos internacionais e/ou nacionais;
- III) Doações, legados ou contribuições de pessoas Jurídicas e/ou físicas;
- IV) Rendas de qualquer natureza, de seus próprios serviços, bens ou atividades;

- V) Incorporações de entidades públicas e/ou privadas nacionais ou internacionais;
- VI) Bens móveis ou imóveis do seu domínio;
- VII) Operações de créditos, assim entendidos os empréstimos e financiamentos obtidos;
- VIII) Recebimentos das contribuições previdenciárias dos servidores do Município, pois, são contribuintes obrigatórios do IPSEMC, os funcionários do Município de Cabedelo e da Câmara Municipal ocupantes de cargos de provimento efetivo ou em comissão à razão de 8% (oito por cento) da sua remuneração, o que constituirá a contribuição do empregado;
- IX) Recebimento da contribuição do Empregador, à razão de 8% (oito por cento) da folha bruta de pessoal, recolhida pela Prefeitura aos cofres do IPSEMC, após 05 (cinco) dias da data do efetivo pagamento da folha;
- X) Recebimento de uma taxa de contribuição social à razão de 1,5% (um e meio por cento) do valor de todos os contratos firmados pelo Município para execução de obras ou prestação de serviços;
- XI) Outras rendas eventuais;
- XII) A Prefeitura Municipal recolherá aos coes do IPSEMC, no prazo de 05 (cinco) dias úteis todo e qualquer valor pecuniário previstos nos incisos deste artigo;
- XIII) VETADO.

Art. 19º - Os recursos do IPSEMC, deverão ser depositados em conta a ser aberta em instituição financeira oficial, devendo ser aplicado no mercado financeiro para captação de rendimento.

Parágrafo único – VETADO.

Art. 20º - O exercício financeiro corresponderá ao ano civil e obedecerá as normas gerais de Direito Financeiro estabelecidas pela União, Estado e Município;

Art. 21º - O IPSEMC prestará contas ao Conselho Previdenciário respeitada a competência dos demais órgãos públicos;

Art. 22º - Em caso de extinção do IPSEMC, os seus bens, direitos e obrigações, passarão a integrar o patrimônio do Município;

Art. 23º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos especial de CR\$ 5.895.500.000,00 (Cinco Bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) para o atendimento das despesas inerentes à implantação do IPSEMC.

Art. 24º - O sistema previdenciário dos servidores da Previdência Municipal, será elaborado pelo Presidente do IPSEMC e submetido ao Prefeito Municipal que o transformará em projeto de Lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo para votação e aprovação.

Art. 25º - O Prefeito Municipal regimentará a presente Lei por Decreto, definindo as atribuições do IPSEMC, seu funcionamento e normas operacionais.

Art. 26º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Cabedelo, 23 de julho de 1993

José Francisco Régis
Prefeito